



TRANSPORTE

Catraca eletrônica começa a funcionar amanhã no DF. Primeiros a receber cartões serão os estudantes e beneficiários do vale-transporte (foto).

PÁGINA 28

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2007
 Editora: Samanta Sallum//
 samanta.sallum@correioweb.com.br
 Subeditores: Ana Paixão, Carlos Tavares,
 Roberto Fonseca, Nelson Torreão
 e Valéria de Velasco
 Coordenadora: Taís Braga//
 tais.braga@correioweb.com.br
 E-mail: cidades@correioweb.com.br
 Tels. 3214-1180 • 3214-1181
 Fax: 3214-1185

PODER JUDICIÁRIO

TJDF sofre com a carência de dois mil funcionários e depende da aprovação de projeto de lei no Congresso para a contratação de servidores. Tribunal tem 184 mil processos na fila de julgamentos

Justiça no gargalo

SAMANTA SALLUM E
 HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

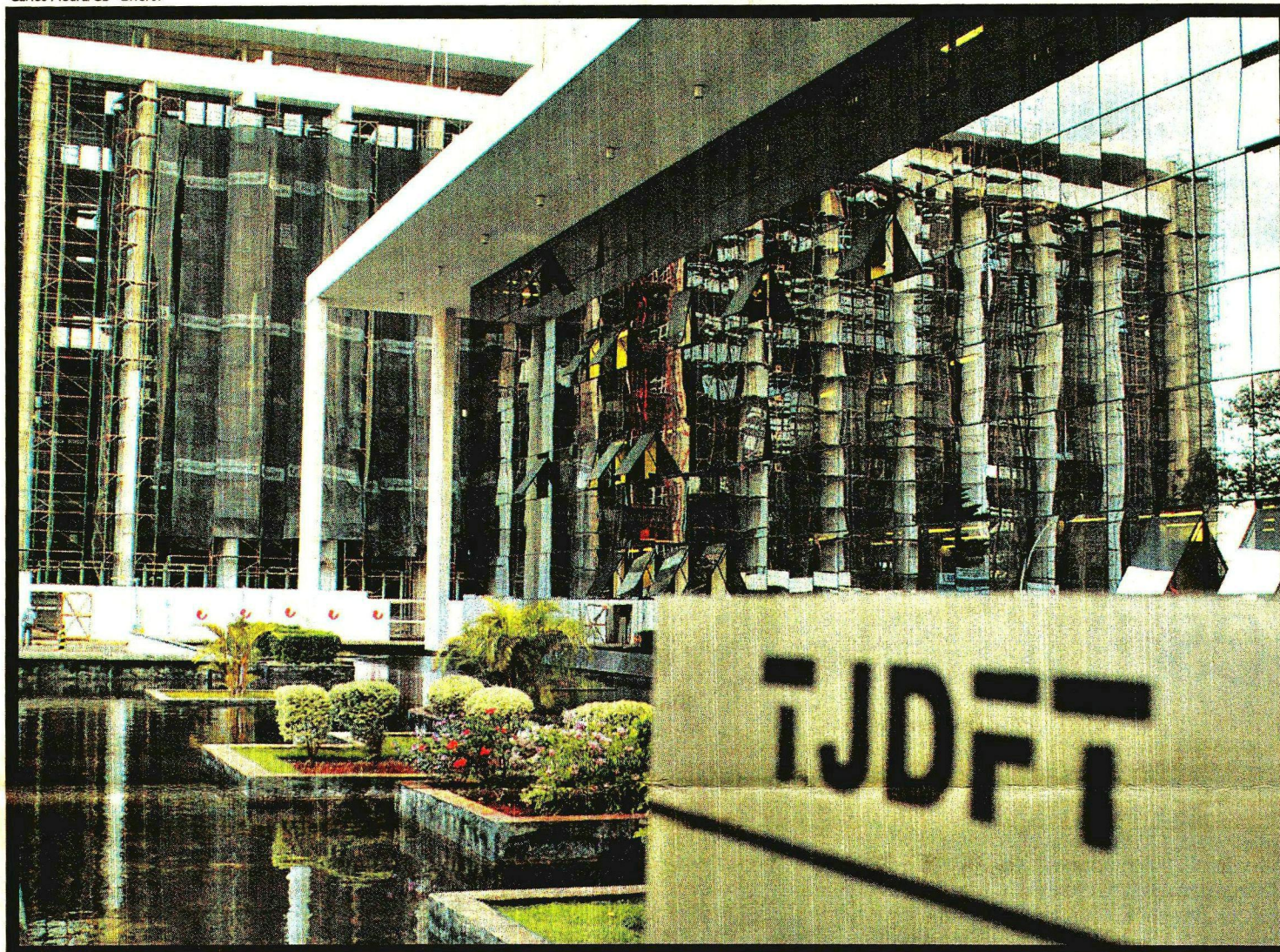
A falta de servidores dificulta a cada dia o funcionamento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). O Judiciário da capital tem 4,5 mil funcionários, mas seria necessário aumentar em quase 50% o quadro para garantir a qualidade dos serviços prestados à população. A carência de pessoal hoje chega a 2 mil pessoas. Fato que leva o presidente do TJDF, desembargador Lécio Resende, a admitir que se não fosse um batalhão de estagiários, a situação seria insustentável. São 1 mil universitários que estão quebrando o galho, ajudando a amenizar a defasagem.

O Distrito Federal cresceu, novos aglomerados populacionais surgiram e a estrutura judicial não conseguiu acompanhar, o que faz cidades ficarem sem assistência do Poder Judiciário. O gargalo que se encontra hoje, com 184 mil processos aguardando julgamento no TJDF, foi problema anunciado. Há mais de quatro anos, o TJDF encaminhou projeto da Lei de Organização Judiciária à Câmara dos Deputados. O texto cria novas varas e permite a contratação de pessoal. Mas, apesar de dois pedidos de urgência já aprovados para a votação, permanece parado no Congresso. A proposta precisa ser aprovada pelos parlamentares para que o Tribunal de Justiça possa fazer um novo concurso público e ampliar o atendimento.

As que mais sofrem com falta de funcionários são as oito varas da Fazenda Pública, onde existem pelo menos 18 mil processos empilhados. Em algumas varas, há 15 estagiários e apenas um servidor de carreira da instituição. "O Tribunal de Justiça só está funcionando hoje graças aos cerca de mil estagiários. Precisamos acabar com esse déficit de pessoal, mas para isso dependemos do legislativo", explica Lécio Resende. "O Distrito Federal tem hoje 2,6 milhões de pessoas e todas são de nossa responsabilidade. É para essas pessoas que o Tribunal precisa trabalhar", destaca o presidente do TJDF.

O Projeto de Lei nº 3.248, de 2004, que estabelece a Organização Judiciária do DF, foi apresentado ao Congresso Nacional pelo próprio Tribunal de Justiça há quase quatro anos. O texto passou por comissões da Câmara dos Deputados e pelo plenário. Mas, quando chegou ao Senado, foi alterado, por sugestão do Conselho Nacional de Justiça, que sugeriu uma redução na quantidade de funcionários a serem contratados. O projeto voltou para a Câmara e está pronto para ser analisado em plenário. Falta apenas a inclusão na pauta de votações.

Carlos Moura/CB - 29/5/07



O TRIBUNAL ENVIOU AO CONGRESSO NACIONAL HÁ QUASE QUATRO ANOS O PROJETO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA: PROPOSTA AGORA SERÁ ANALISADA PELA CÂMARA

DÉFICIT

A Lei de Organização Judiciária prevê a contratação de 2.949 servidores para o TJDF, distribuídos da seguinte maneira:

77

VAGAS PARA JUIZ DE DIREITO

62

VAGAS PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

1.050

VAGAS PARA ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR

1.760

VAGAS PARA TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Zuleika de Souza/CB - 22/9/06



“O TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÓ ESTÁ FUNCIONANDO HOJE GRAÇAS AOS CERCA DE MIL ESTAGIÁRIOS. PRECISAMOS ACABAR COM ESSE DÉFICIT DE PESSOAL, MAS PARA ISSO DEPENDEMOS DO LEGISLATIVO”

Lécio Resende, presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Inicialmente, a idéia era criar mais de 3,8 mil vagas. Mas com as mudanças do projeto no Senado, a nova Lei de Organização Judiciária deve criar 1.050 vagas para analista de nível superior e outras 1.760 para técnicos judiciários, de nível médio, além de 77 vagas para juiz de direito e 62 para juiz de direito substituto, num total de 2.949 novos cargos. Essas con-

tratações podem ser efetivadas nos cinco anos seguintes à aprovação da lei.

A justificativa do Tribunal de Justiça para a criação das vagas é o crescimento expressivo da demanda. Em 10 anos, foram construídos os fóruns de Taguatinga, Samambaia, Paranoá, Gama, Ceilândia e Santa Maria, o bloco B do edifício sede e o Palácio

da Justiça, sem a contratação de nenhum servidor para trabalhar nessas áreas.

A bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados quer colocar o assunto na pauta para votação em plenário ainda este ano. Os deputados Tadeu Filipeilli (PMDB), Geraldo Magela (PT) e Rodrigo Rollemberg (PSB) negociaram com a liderança do go-

verno na Câmara para acelerar a análise do texto. "Já procuramos também o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para negociar a aprovação do projeto. Falta apenas uma sinalização positiva do ministério para que ele vá a plenário. A expectativa é que isso aconteça ainda este ano", explica Rollemberg.

Enquanto a Lei de Organiza-

ção Judiciária não é aprovada e o concurso público autorizado, a população é a maior prejudicada. Um dos exemplos é o Fórum de São Sebastião, que já está em fase final de construção, e vai abrigar seis varas. Mesmo que fique pronto, o fórum da cidade não poderá abrir as portas, por falta de pessoal da área técnica e até mesmo de juízes. "Toda a população está sem assistência. O mesmo acontece no Itapoã, onde as pessoas têm que recorrer ao Paranoá ou a Sobradinho", explica o presidente do Tribunal de Justiça, Lécio Resende. Ele acredita que as consequências da falta de magistrados podem ser graves. "A falta de juízes gera a violência e a criminalidade. O criminoso sabe que ainda vão discutir quem vai julgá-lo, então ele tem tempo de fugir, tem um motivo a mais para aderir ao crime. As consequências são gravíssimas", garante Lécio.

Tecnologia

Para driblar a falta de funcionários e dar mais agilidade aos serviços, o Tribunal de Justiça recorreu à tecnologia. Três projetos pioneiros do TJDF já servem de modelo para o Judiciário de outros estados. Um deles é a assinatura digital, um recurso que permite a validação de vários documentos de uma única vez, por meio do computador. Outra iniciativa é o acórdão em tempo real, que já está em funcionamento em algumas jurisdições do Tribunal.

Esse acórdão em tempo real é usado apenas quando não há divergências no julgamento e a decisão é unânime. "O acórdão demorava de seis a oito meses para sair, hoje demora apenas 48 horas. Estamos tentando suprir a enorme defasagem de servidores e magistrados com a introdução dessas tecnologias", explica Lécio Resende. O acórdão em tempo real é liberado para acesso público imediatamente após a publicação e já está disponível na 2ª Turma Cível, 4ª Turma Cível e na 2ª Câmara Cível.

A teleaudiência é um outro projeto que usa a tecnologia para otimizar os serviços do Judiciário. A idéia é fazer encontro com juízes por meio de teleconferência, evitando assim todo gasto e insegurança no transporte de presos, quando são necessárias escoltas da polícia. "Em breve, vamos fazer da teleaudiência uma rotina, ouvir presos à distância e testemunhas também. Hoje, ela só é usada na Vara de Execuções Criminais. Vamos ampliar para todas as varas criminais. Quanto gastamos com transporte de certos criminosos famosos? Eles andam de jato, param o trânsito, param a cidade e todas as suas atividades. Só em Brasília, são gastos R\$ 380 mil por ano com a movimentação de presos", justifica o presidente do TJDF.